

## ***LEI ORDINÁRIA Nº 1118***

*de 28 de outubro de 2006*

**“Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2017 e dá outras providências”.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. .**

**1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2016, nos termos do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, das normas da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e do art. 119 da Lei Orgânica do Município, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

**Art. 2º** A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente é estimada em R\$ 61.705.410,27(sessenta e um milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e dez reais e vinte e sete centavos), desmembrada da seguinte forma:

**I** - Orçamento Fiscal em R\$ 36.806.697,69;

**II** - Orçamento de Seguridade Social em R\$ 24.898.712,58.

**Art. 3º** As receitas orçamentárias são estimadas por categoria econômica e fonte, conforme disposto nos anexos correspondentes e será realizada com base no que for efetivamente arrecadado, na forma da legislação em vigor.

**Art. 4º** A despesa orçamentária, fixada no mesmo valor da receita estimada, desdobrada na forma disposta nos anexos integrantes desta Lei, sendo especificada por funções de governo e por órgãos e unidades orçamentárias, nos seguintes agregados:

**I** - Orçamento Fiscal em R\$ 36.806.697,69 (trinta e seis milhões, oitocentos e seis mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos );

**II** - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 24.898.712,58 ( vinte e quatro milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e doze reais e cinqüenta e oito centavos).

**Art. 5º** Integram a presente Lei os anexos constantes do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 e aqueles dispostos no art. 2º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas

*necessárias para ajustar as despesas ao efetivo comportamento das receitas com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.*

**Art. 7º** *Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2017, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30 % (trinta por cento) do total das despesas constantes dos elementos que integram esta Lei, utilizando como fontes de recursos aquelas referidas nos incisos I a III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.*

**Parágrafo único.** *Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o “caput” deste artigo, na forma da legislação vigente, os valores:*

**I** - *destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais;*

**II** - *destinados a atender Precatórios Judiciais e pagamento de amortizações e juros da dívida fundada e flutuante;*

**III** - *atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções saúde, assistência social e manutenção e desenvolvimento do ensino.*

**Art. .**

**8º** *Conforme disposto na Lei nº 1113, de 12 de julho de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, o valor da reserva de contingência e de R\$*

*609.939,71(seiscentos e nove mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e um*

*centavos), para atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar*

*101, de 4 de maio de 2000, bem como ao atendimento de despesas com dotação insuficiente, conforme disposto no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001 do Governo Federal.*

**Art. 9º** *Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2017.*

*Rio Verde de Mato Grosso (MS), 06 de outubro de 2016.*

*MÁRIO ALBERTO KRÜGER Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 1118/2006 - 28 de outubro de 2006*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*